



UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RESUMO DOS TÓPICOS TRABALHADOS NO III FÓRUM DOS PRESIDENTES DOS CMES

Compilação feita pelo
Presidente Júlio César Alves dos Santos

= Mesa de Abertura =

Participação da Presidente do CNE - Maria Helena Guimarães e
Presidente do Fórum Nacional de Educação (FNE) -
Maria Esther Galvão de Carvalho



1- Consolidação do Ano Letivo de 2021 (Carga Horária):

Nas falas das Palestrantes foi destacado que o **Conselho Nacional de Educação (CNE)** deu ênfase no **Parecer da Covid**, pelo qual se editou a **Resolução 22-2020**, que regulamentou a **Lei 14.040-2020**, com orientações sobre as aulas, no período da pandemia, ficando em vigor até hoje, uma vez que ainda não foi votada na Câmara dos Deputados a Lei que normatizará a flexibilização da carga horária, contemplando o biênio de 2020 e 2021, destacado por elas que poderá atender, também, à carga horária de 2022; sendo que a Resolução ainda continua valendo; pois, no seu último artigo está estabelecida a manutenção de sua vigência, enquanto durar a pandemia.

O **CNE** está aguardando manifestação da Procuradoria do Mec sobre a regulamentação da matéria, cuja devolutiva não foi dada. A deputada Dorinha Seabra informou que já há um Projeto de Lei que orientará sobre a carga horária trabalhada e a se trabalhar, em todo período da pandemia. O Conselho se mantém atento, principalmente, às dificuldades registradas pelos estudantes com a tecnologia utilizada nesse período de pandemia, que precisam de um bom acolhimento, quando do seu retorno às unidades escolares. Há expectativas para que os Pareceres dos Conselhos apoiem as ações e atividades desenvolvidas pela escolas, as quais tenham condições de enfrentar as dificuldades que se têm registrado, pois o **INEP** levantou que mais de 800 (oitocentos) mil alunos abandonaram as escolas, nesse período de aulas realizadas remotamente, no país.

2- Currículo Contínuo:

A concepção do **Currículo Contínuo** deverá estar contemplada na Lei que será votada na Câmara dos Deputados, onde se assegurará a validade do que se tem trabalhado nos anos de 2020 e em 2021, devendo esse contínuo curricular se estender, também, para o ano de 2022. Os conteúdos trabalhados em dois anos não contemplarão as necessidades do que se deve trabalhar nas unidades escolares. O documento que traduzirá essa realidade será a Lei a ser votada, ainda, conforme informações prestadas pela deputada Dorinha Seabra, que antecipou já haver um Parecer em produção sobre a matéria.

Enquanto isso, o **CNE** aprova nesse momento as diretrizes de Formação para os docen-

UNCME-ES - Gestão 2014 a 2023 - Casa dos Conselhos de Viana

Rua Getúlio Vargas, nº 96 - Centro - Viana - Espírito Santo
CEP: 29.130-184 - Telefone: (27) 3255 1597.



@uncme-es



-E-mail: uncmees2014@gmail.com



UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



tes brasileiros, apesar das dificuldades que se nos são apresentadas. Isso gera expectativas de que em breve contemos com a flexibilização dos 200 (duzentos) dias letivos, que é um ponto importantíssimo. E, ainda, que as escolas tenham condições de procederem com avaliações diagnósticas, desenvolvendo esforços no intuito de mobilizar as escolas para que retomem e recuperar alguma coisa que tenha sido se esvaído nesse período de realizar o processo educacional, em tempos tão difíceis e tão desafiadores.

= Mesa 01 =

Participação da Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE) - Beatriz Paldovani

3- Ensino Híbrido:

O **FONCEDE** tem se ocupado da discussão sobre a principal questão do Ensino Híbrido, se o mesmo é uma modalidade de ensino ou se é apenas uma metodologia, como muitos defendem. Dimensões do que esse ensino aborda e atinge dão conta de que suas ações o identificam como metodologia, pois tanto nos Estados como nos Municípios, o sistema remoto tem se dado com a entrega de atividades, com o uso da tecnologia, por aqueles que podem e tem acesso a seus equipamentos. Constatamos que em todas as regiões houve muitas dificuldades para cumprimento das atividades, bem como para sua conciliação com a tecnologia e a condição de utilizá-la.

Tendo em visto sobre aquilo que se imaginava não ter ocorrido, o cumprimento do calendário escolar não se efetivou e, de acordo com a realidade do Estado, Município e regiões, a situação fica extremamente dificultada para atender as exigências do cumprimento dos dias letivos. Pensa-se em se fazer a normatização dos dias letivos, em conformidade às peculiaridades das regiões, devendo ajustar no contínuo curricular essas defasagens, devendo se trilhar por 02 (dois) caminhos: um o próprio Conselho se valer do seu papel de normatizador e, outro, de aguardar a Lei que será discutida e votada na Câmara dos Deputados.

3.1- Dicotomia de Modalidade X Metodologia:

O Ensino Híbrido tem sido considerado como uma modalidade de ensino, porém as palestrantes da Mesa têm defendido que há muito a que se estudar para chegar a uma consideração mais definitiva do que se deve ser o referido ensino. Todas lembram que a escola não se resume em si mesma diante da situação inusitada pela qual todos passamos, compreendendo que atuar nessas condições é um processo de enfrentar desafios. Indicação de que os Conselhos devem fazer seus apontamentos e ponderações para configurar como o ensino é visto por eles, observando seu papel, suas funções e as formas como enfrentam as dificuldades, quando de sua implementação nos seus contextos.

Beatriz Paldovani, do **FONCEDE** defendeu argumentativamente que o Ensino Híbrido se caracteriza como apenas uma metodologia de ensino e não como tipo, nem como moda-

UNCME-ES - Gestão 2014 a 2023 - Casa dos Conselhos de Viana

Rua Getúlio Vargas, nº 96 - Centro - Viana - Espírito Santo
CEP: 29.130-184 - Telefone: (27) 3255 1597.



@uncme-es



-E-mail: uncmees2014@gmail.com



UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



lidade. Resguardando as ferramentas do que o ensino se vale, bem como da própria ferramenta em que ele se encerra, a Presidente do Fórum dos Conselhos Estaduais destacou que a grande razão para apontá-lo como metodologia é o conjunto de técnicas e de multimeios que o ensino requer para sua realização, além de se verificar a sua característica de ser optativo conforme a sua utilização no contexto da escola e nas competências destinadas a professores e a alunos. Isso, no entanto, deve passar por reflexões, análises e compreensão de cada componente dos Conselhos, com as suas respectivas experiências e conhecimento.

Destaca-se no Ensino Híbrido a utilização do sistema remoto de trabalho, sua aparente facilidade de desenvolvimento e sua validação para a formação daqueles que deverão testemunhar sobre a questão. O ensino é, por fato, uma tendência primordial para o trabalho remoto, predominante, em 2021 e será um legado para a sociedade, nos anos futuros. O ensino híbrido na pandemia, tem vantagens e desvantagens, a principal característica e como aplicar na prática. São várias maneiras em que se constitui o ensino híbrido na pandemia, como sala de aula invertida, laboratório rotacional, e outras. A educação híbrida é uma metodologia de ensino com o objetivo de unir elementos do presencial e do online, com o uso das tecnologias e suas ferramentas em voga.

Por exemplo, o ensino híbrido conta com a vivência presencial nas instituições de ensino e com atividades realizadas fora desse ambiente, como participação de fóruns virtuais de discussão. O ensino híbrido na pandemia, também, busca valorizar a participação efetiva dos estudantes, oferecendo autonomia e desenvolvendo o aprendizado colaborativo entre os alunos. Para que a aplicação do ensino híbrido na pandemia seja assertiva na aprendizagem, é necessário elaborar um Plano de Ensino que contemple, de forma unificada, todas as atividades que serão realizadas. A metodologia está o ensino semipresencial em que o aluno tem diversos materiais para acessar, como aulas e livros, no ambiente virtual, mas também possui aulas presenciais com os professores para esclarecimentos de dúvidas na modalidade presencial.

3.2- CONAE-2022:

Há diversos desafios a se enfrentar nesses tempos, o primeiro deles é pensar se o que está sendo trabalhado consegue atingir as exigências constadas no **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Será apresentado um novo Relatório, onde se mostrará que houve avanços, mesmo nas dificuldades ocorridas; pois, todos sabem que as tecnologias vieram para apoiar a educação. Também, a sociedade passou a compreender que havia necessidade da família se aproximar mais da escola, devendo os Conselhos pensar no novo **Plano Nacional de Educação (PNE)**, já a partir do próximo evento da **CONAE-2022**.

Para isso, os Conselhos devem provocar os Fóruns de Educação, que devem ser fortaleci-





UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



dos para funcionarem adequadamente com vistas às realizações das etapas da CONAE, nos municípios e nos Estados. Seguem os períodos e as datas, previstas pelo FNE:

Conferências Municipais: de Agosto a Outubro-2021

Conferências Estaduais: de Março a Abril-2022

Conferência Nacional: nos dias 23, 24 e 25 de Novembro

A Etapa Nacional deverá ser a única com regime misto de realização.

= Mesa 2 =

Participação do Presidente do Instituto Rui Barbosa - Cezar Miola

Conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe -

Escola de Contas do TC-SE - Carlos Piva

4- O FUNDEB, o Controle Social e a Importância dos CMES:

Os Conselhos têm se constituído em aliados importantes aos órgãos do controle externo, como os Tribunais de Contas, que invocam a necessidade de se primar pelas leis, sobretudo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB. Um dos objetivos da República é a concretização do bem de todos e isso tem a haver com o **FUNDEB**, que entre as principais missões é a responsabilização do Estado, que deve assegurar a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, fiscalização e controle social por esses órgãos. Os Conselhos Escolares e os Conselhos de Educação devem ser estimulados a assumirem a responsabilidade no âmbito de suas competências equacionais, buscando atender à legislação.

No contexto de Reforma Constitucional, há alguns desafios a se implementar, como o principal ser o índice de 100% (cem por cento) dos municípios do país terem seus próprios Conselhos do **FUNDEB**, criados formalmente, com dotações orçamentárias para desenvolver suas atividades e contando com recursos humanos. Outro desafio é o que preconiza a **Nota Técnica do Instituto Rui Barbosa** (em anexo), que orienta os Tribunais de Contas no acompanhamento dos **CACS** para que exerçam com independência e respaldo suas atribuições de fiscalização, controle dos recursos. O documento destaca o necessário acompanhamento dos Conselhos, realizando suas intervenções de forma a cumprir o seu papel, estabelecido na Lei.

Base para trabalhar na validação dos dados e a utilização do **Sistema de Informações dos Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)**, para o que os Conselhos devem exigir a transparência dos atos e da utilização dos recursos do município. Nesse sentido, o papel dos órgãos é importante para que se utilizem o **SIOPE**, o que vem a fortalecer os órgãos dos **CACSS**. Os órgãos de controle, em conjunto com o Mec, devem se capacitar para manusear todas as ferramentas das quais se devem valer sempre. Quando for imi-





UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



nente e necessário, os Conselhos devem procurar os Tribunais, através da Ouvidoria para travar qualquer tipo de debate que julgarem necessário. Uma das tarefas dos Tribunais é fiscalizar as condições em que se encontram os Conselhos para o desenvolvimento de suas atividades concernentes a sua movimentação nos municípios.

Em curso, há várias ações dos Tribunais, com apoio, formação, orientação e com o fortalecimento do processo, com a criação dos **Gabinetes de Articulação Para Enfrentamento da Pandemia na Educação (GAEPEs)**. São 03 (três) até agora, e na semana do Fórum, foi instalado o chamado **GAEPE Brasil**, mais precisamente no dia 28 de abril, passado. Os Conselhos podem e devem se valer desse tipo de interlocutor e ficarem atentos à instalação em sua região, pois os **GAEPEs** vêm para dar suporte aos **CACS FUNDEBs**. Os conselheiros precisam tomar conhecimento e utilizar a ferramenta da **Busca Ativa**, lançada para resgatar aqueles que por quaisquer motivos tenham se afastado da escola, porque esta precisa seduzir os alunos e sua família para que eles retomem seus estudos e se empenhem para os concluir.

Há um grande número de unidades que não tem nem janelas para ventilar durante as aulas, há portas sem trancas, muitas necessidades; e, como podem haver protocolos para prevenção da **COVID**, se questões básicas como essas e a falta de recursos materiais, humanos adequados e a internet faltam nesses educandários? Visão que os Tribunais de Contas têm que se atentar e trabalhar em cima. Essa é a expressão do **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, que tem a intenção de que o trabalho dos Conselhos se converta numa educação proposta pela Constituição e das leis afins ao setor. Muito mais do que se pensa, a educação das crianças e jovens brasileiros está a quem do que é previsto nas disposições legislativas.

5- Educação Financiada com o FUNDEB Permanente:

Essa luta começou em 1992, quando lá se concretizava a ideia de reunir uma entidade representativa dos **Conselhos Municipais de Educação (CMEs)**, que valorizasse e fortalecesse o acompanhamento e o controle social. Formação da **UNCME** e seu funcionamento foram decisivos para que os **CMEs** viessem a gozar de credibilidade, com papel importante, agora, com a inauguração do **FUNDEB Permanente**: há um novo controle social, indicação do monitoramento das Políticas Públicas de forma ampliada, responsabilização dos Conselhos para uma atuação independente e mais firme, etc. A grande necessidade de articulação entre os Conselhos, integrando-se entre si os **CMEs** e os **CACS FUNDEBs**. Sem, evidentemente, deixar de fora os colegiados dos **CAEs**, que também apresentam relevante papel no acompanhamento, na fiscalização e no controle social, nas verificações dos alimentos e da elaboração das políticas de acompanhamento e de promoção da alimentação escolar nutritiva nos municípios.





UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMEs CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



A **UNCME** promoverá algumas ações para embasar o funcionamento dos **Conselhos do FUNDEB**, já que a entidade está filiando agora esses Conselhos e lhes dando atenção para que funcione bem e de forma independente para balizarem suas tarefas na realização do acompanhamento e controle social, cujos destaques são: ajudar na garantia do exercício de suas atribuições no controle social dos recursos e investimentos financeiros, realização de um programa de formação específico para os membros dos **CACS FUNDEBs**, bem como a organização de um Encontro ou Fórum dos Presidentes desses Conselhos. O curso de Formação está sendo estruturado para posterior divulgação e, para esse feito, a **UNCME** está concluindo o **Projeto de Escola de Formação**, com a inauguração prevista com esse curso para conselheiros e conselheiras dos **CACS FUNDEBs**.

= Mesa 3 =

Participação da Conselheira do CNE – Suely Menezes

Representante da Secretaria de Educação Básica-MEC - Helber Ricardo Vieira

Professor da UFAL - Dalgoberto Miguilino

5. Plataformas Normativas e Operacionalidades do PAR - Plano de Ações Articuladas

Definida como Site de Buscas de Atos Normativos de todo país, as Plataformas Normativas se constituirão em um instrumento que apresentarão a construção colaborativa e democrática de atos normativos entre os Conselhos de Educação (Nacional, Estaduais e Municipais), assim como todos os membros da sociedade, visando otimizar a troca de experiências e discussão em larga escala, apoiada por ferramentas computacionais inteligentes e processos e diretrizes padronizadas. Dentro dessa Plataforma há os critérios de busca, como sendo de diversas condições: termos, etiquetas, busca por espera, busca por período, etc.

O site desenvolvido na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), desde de 2018, apresentado pela **UNCME** às entidades e órgãos nacionais, passa a ser um site com a chancela do Mec, onde são centralizados os Atos, superando algumas dificuldades de localização de normatizações, devendo para isso inscrever na busca o tipo de pesquisa que se quer encontrar e imediatamente surgem as inúmeras buscas desejadas. Como o Site se situa, junto ao Mec, as buscas devem se iniciar no seguinte endereço do Portal:

normativasconselhos.mec.gov.br

Um exemplo é a **Educação Especial**, que no período da realização do III Fórum dos Presidentes, apresentava um total de 52.534 (cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro) de buscas encontradas, sendo 128.546 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e seis) relativos aos Atos de **CEEs**, 35 (trinta e cinco) referentes aos Federais e, apenas, 26 (vinte e seis) exarados por **CMEs**. Nessas buscas, já há o registro históricos dos primeiros Atos, orientando a Educação Especial, no ano de 1974, contabilizando o to-

UNCME-ES – Gestão 2014 a 2023 – Casa dos Conselhos de Viana

Rua Getúlio Vargas, nº 96 - Centro - Viana - Espírito Santo

CEP: 29.130-184 - Telefone: (27) 3255 1597.



@uncme-es



Instagram

-E-mail: uncmees2014@gmail.com



UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



tal de 4.116 (quatro mil, cento e dezesseis). De acordo com os registros são aglutinados os Atos que chegam aos provedores para entrarem no *corpus* da ferramenta, para estar entre os destinos a serem buscados na pesquisa, estejam eles onde estiverem.

6. Plataforma do +PNE:

A **Plataforma +PNE** se constitui em um ambiente virtual para monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, tendo como marco regulatório a Portaria 41-2020, a qual dispõe sobre a ferramenta. Realizar a composição dos **Articuladores Locais**, que serão chamados através de Edital de Chamamento Público, para assumir a Coordenação do **+PNE**, em cada Estado. E, esses **Articuladores Locais** contarão com o apoio do Mec, da **UNCME**, do **FNE** e dos **FEEs** para realizar as atividades de monitoramento e coordenação, nos seus respectivos entes federados. O **PAR** é uma ferramenta de planejamento multidimensional e plurianual da política de educação, disponibilizada aos estados, municípios e ao Distrito Federal.

Essa Plataforma se incorpora em aspectos com as dimensões de gestão educacional, formação de profissionais de educação, práticas pedagógicas e avaliação, mais infraestrutura física e recursos pedagógicos. A elaboração do **PAR** pelos entes federados e precedida de uma **Etapa Preparatória (Plataforma +PNE)** e diagnóstico, estruturado nas 04 (quatro) dimensões enfatizadas anteriormente. Nesse sentido, o **PAR** passa a expressar um mecanismo para efetivação do regime de colaboração, instrumento Jurídico para consolidação de um regime de colaboração, instrumento de avaliação e de implementação de políticas e ferramenta de comunicação para articular as redes de educação básica.

Não só de Assistência Técnica, mas de todo su-por-te necessário para suprir com toda assistência para estabelecimento de parcerias com entidades e órgãos, no Distrito Federal, nos Estados e nos Municípios, conforme dispõe a Lei 12.695-2012, na qual prevê que o **PAR** se configura em apoio técnico e financeiro, devendo os municípios obter toda a assistência técnica para suas ações. O **PAR** é uma ferramenta de planejamento que se desenvolve de quatro em 04 (quatro) anos, em princípio; agora está no quarto ciclo, que vai de 2020 a 2024 e, a partir de do diagnóstico feito, é desenvolvido um conjunto coerente de ações de caráter plurianual, que acaba por resultar no **PAR**; com a configuração das necessidades dos apoios técnicos e financeiros, que eles reivindicarem.

Última Palestra do III Fórum dos Presidentes dos CMES
Participação da Professora da Associação Nacional das
Escolas Católicas (ANECs) - Roberta Guedes

7. Regime de Apoio e Cooperação aos CMES:

UNCME-ES – Gestão 2014 a 2023 – Casa dos Conselhos de Viana

Rua Getúlio Vargas, nº 96 - Centro - Viana - Espírito Santo
CEP: 29.130-184 - Telefone: (27) 3255 1597.



@uncme-es



-E-mail: uncmees2014@gmail.com



UNCME-ES

UNIÃO NACIONAL DOS CMES CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Quando se fala nos **CMES** se pensa na Educação Básica, cujo acesso e permanência tem oscilado muito, pois se persegue a universalização dessa etapa, mas tem havido quedas significativas na primeira infância, com exclusão escolar. No ano de 2019, começou a haver registros de um número significativo de crianças fora da escola, cujo agravamento piorou com esse período de pandemia. Quedas bruscas têm afetado mais incidentemente as Regiões Norte e Nordeste, onde se reproduz a desigualdade social, promovendo cada vez mais a exclusão, porque muitas vezes os municípios não têm pernas para cumprir, nem realizar. A realidade dessa pandemia evidenciou mais uma vez que em muitos lugares a escola não representa o meio de se alimentar e, alimentar não é só encher a barriga, mas também exercitar a cabeça, nos espaços que são de aprendizagem.

Quando se fala nos **CMES**, devemos lembrar das intenções que os conselheiros assumem em reverberar seus atos em ações, sobre as quais se devem lembrar que a escola não substitui a família, nem a família substitui a escola. Um dado que se deve lembrar é que o país pode regredir em 20 (vinte) anos, porque nossa sociedade está adoecida não só fisicamente, mas emocionalmente e economicamente, porque em todo canto há vozes gritando, esbravejando, não devendo transferir para o professor tudo e qualquer saída, como colocar em seu colo as soluções das coisas, esquecendo que as leis emanadas dos **CMES** não devem ser apenas letras, devem ser **mo-vi-men-tos**; e bem cíclicos!

7.1- Políticas Antiexcludentes:

As políticas públicas têm que ser públicas, e têm que ser políticas; pois a educação é plano de fundo, pois os Conselhos Municipais são formados por grandes pessoas, nas quais se devem investir muito para que eles aprendam a aprender a serem conselheiros, mesmo os veteranos percebem que todo dia tem algo a aprender. Na educação infantil, cresce o discurso de que a criança pequena pode ser deixada em casa, por não precisar muito da escola e isto não é verdade, pois houve uma luta grande para conquistar vagas para as crianças e temos que valorizar nisso. Lutar é investir na melhoria da Educação Infantil e uma das formas é criar normativas que se apliquem na escola infantil e não que se inviabilizem as ações lá feitas, sempre.

Para compreender a Educação Infantil, é preciso que se saiba o que realmente são os recursos públicos a se empregar nessa modalidade de ensino, na sua gestão, na sua prática educacional. Referir-se a essa modalidade é considerar a necessidade do que se fala sobre a Educação Infantil no que diz respeito de conectividade, de gestão, de parceria efetiva, da necessidade de um Sistema Nacional de Educação para integrar e organizar a educação a partir dessa educação; pois é preciso investir nas gestões das pessoas e dos recursos, em caráter de urgência. Ir-se ao encontro e não de encontro, em comunhão, com políticas públicas sérias, políticas de verdadeira emancipação e aquelas de direcionamento à verdadeira educação, no caminho da qualidade, contrariamente à exclusão.

